

MINUTA DA REUNIÃO DA MESA NACIONAL 11 JAN 2015

A segunda reunião da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda eleita na IX Convenção Nacional teve lugar no dia 11 de Janeiro de 2015, no Hotel Mundial, em Lisboa, com início pelas 11h.

Faltaram e justificaram a ausência os camaradas Adriano Campos, Alda Sousa, José Gusmão, Maria Graça Pinto, Marisa Matias, Marta Vilarinho, Humberto Silveira e Luís Louro, que foram substituídos respetivamente por António Ricardo, Marco Loureiro, Carmo Bica, Deolinda Martin, Rita Silva, Sara Rocha, Carlos Oliveira e José Manuel Boavida.

Foi aprovada pelo/as mesários/as a participação na reunião de dois camaradas da Comissão Coordenadora Regional da Madeira

Eleição da Mesa

A Mesa composta por João Mineiro, Nuno Moniz e Sandra Cunha foi aprovada por unanimidade.

Votação da Ordem de Trabalhos

Foi aprovada a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da Tesoureira Nacional
- Eleições Regionais na Madeira
- Situação política nacional e europeia e calendário de iniciativas
- Eleição da Coordenadora Nacional do Trabalho
- Convocação da Conferência Nacional de Jovens

Primeiro ponto da OT

A Comissão Política propôs a recondução da camarada Sara Rocha como Tesoureira Nacional do Bloco de Esquerda. A Mesa deu a palavra a Sara Rocha que fez o ponto da situação financeira do Bloco.

A camarada Sara Rocha foi eleita Tesoureira Nacional do Bloco com a seguinte votação: 69 votos a favor, 3 contra e 2 abstenções.

Segundo ponto da OT

A Mesa deu a palavra a Roberto Almada que apresentou o ponto de situação sobre as eleições regionais na Madeira. Intervieram os/as seguintes camaradas: Rui Costa, Cecília Honório, Luís Filipe Pereira, Joana Mortágua, Heitor Sousa, António Ricardo, Alberto Matos, Jorge Costa, Teodósio Alcobia, Adelino Fortunato, Jorge Candeias, Rodrigo Trancoso, Carmo Bica, João Mineiro, Sandra Cunha, José Boavida, Fabian Figueiredo, Helena Carmo, Pedro Soares, Catarina Martins, Roberto Almada.

Foi apresentada uma proposta à Mesa pelo camarada Rui Costa para a realização de uma Mesa Nacional extraordinária no dia 18 de Janeiro sobre este assunto. A proposta foi aceite com 2 votos contra e 2 abstenções.

Terceiro ponto da OT

O terceiro ponto da ordem de trabalhos foi aberto por Fabian Figueiredo que em nome da Comissão Política apresentou o projeto de resolução enviado pela Comissão Política aos membros da Mesa Nacional. Intervieram sobre o ponto os/as camaradas: Helena Pinto, Irina Castro, Cristina Semblano, João Semedo, Carlos Matias, Rui Costa, João Camargo, João Madeira, José Castro, Beatriz Dias, João Vasconcelos, Deolinda Martins, Maria Helena Figueiredo, João Carlos Louçã, Serafim Duarte, Nuno Moniz, Ricardo Moreira, Nelson Peralta, Luísa Bastos, Catarina Martins.

Foram entregues várias propostas de alteração à resolução política da Mesa Nacional. A Comissão Política decidiu incluir várias propostas na resolução política, exceto seis que foram objeto de votação em alternativa:

Voto 1 em alternativa sobre a totalidade do ponto 1 da resolução

Proposta 1 da resolução final da Comissão Política (aprovado com 40 votos a favor)

“O assassinato de 12 pessoas, entre as quais desenhadores e jornalistas do Charlie Hebdo, é um acto de terror contra a liberdade e um atentado contra todos os que no mundo inteiro lutam pela paz. O Bloco de Esquerda condena todas as relativizações deste crime e associa-se a todos os que prontamente o condenaram, desde jornalistas e humoristas de todo o mundo, até às vozes, conhecidas ou anónimas, passando pelos milhões de cidadãos que saíram à rua para mostrar a sua indignação. A única forma de fazer justiça às vítimas deste crime é defender a liberdade, combatendo todas as formas de ódio e discriminação, incluindo a islamofobia.”

Proposta 2 de Irina Castro, Beatriz Dias e outras/os (13 votos a favor)

“O assassinato de 12 pessoas, no ataque ao jornal Charlie Hebdo, é um acto de terror contra a liberdade e um atentado contra todos os que no mundo inteiro lutam pela paz. O Bloco de Esquerda associa-se a todos/as os/as que prontamente o condenaram em todo o mundo e associa-se aos milhões que saíram à rua para mostrar a sua indignação contra este crime político. A única forma de fazer justiça às vítimas deste crime é defender a liberdade na Europa e fora dela, combatendo todas as formas de ódio e discriminação, incluindo a islamofobia.”

A única forma de reagir a este crime é afirmar a Europa como espaço plural de nacionalidades e raízes históricas diferentes, sem ameaças securitárias como o Frontex que colide com os mais elementares direitos humanos.”

Abstenções: 4 votos

Voto 2 em alternativa sobre a 1ª frase do ponto 4 da resolução

Proposta 1 da resolução da Comissão Política para manter a 1ª frase do ponto 4 do documento (4 votos a favor)

Proposta 2 de Irina Castro e outras/os de retirar a 1ª frase do ponto 4 (aprovada por maioria)

Abstenções: 2

Voto 3 em alternativa para substituir a seguinte frase do ponto 5 da resolução:

“Nesse sentido, o Bloco lança uma campanha de esclarecimento, assente nas principais propostas para a construção de uma alternativa urgente. Essa campanha terá como eixo central uma petição à Assembleia da República pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental”

Proposta 1 de Catarina Martins e outros (aprovada por maioria).

“Nesse sentido, o Bloco lança uma campanha nacional de combate à austeridade e ao empobrecimento do país, assente nas principais propostas para a construção de uma alternativa urgente.”

Proposta 2 de Irina Castro e outras/os (9 votos a favor)

“Nesse sentido, o Bloco desenvolve esforços no sentido de uma campanha assente nas principais propostas para a construção de uma alternativa urgente.”

Abstenções: 1

Voto 4 em alternativa à seguinte frase do ponto 5 da resolução

“Essa campanha terá como eixo central uma petição à Assembleia da República pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental. A manutenção deste compromisso, firmado pelo PS, PSD e CDS, é a certeza da continuação futura da política de austeridade. Com esta petição, o Bloco de Esquerda estará na rua em acções de esclarecimento, pelo fim da austeridade e pela rejeição do Tratado Orçamental que ameaça eterniza-la”.

Proposta 1 da resolução final da Comissão Política para manter a frase (aprovada por maioria).

“Essa campanha incluirá uma petição à Assembleia da República pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental. A manutenção deste compromisso, firmado pelo PS, PSD e CDS, é a certeza da continuação futura da política de austeridade. Com esta petição, o Bloco de Esquerda estará na rua em acções de esclarecimento,

pelo fim da austeridade e pela rejeição do Tratado Orçamental que ameaça eterniza-la”.

Proposta 2 de Irina Castro e outras/os (12 votos a favor)

“Essa campanha terá como eixo central uma petição à Assembleia da República pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental e tem como objetivo a constituição de um movimento social expressivo e unitário de todos e todas as que se revêm nos objetivos propostos. Firmado pelo PS, PSD e CDS, o Tratado Orçamental é a certeza da continuação futura da política de austeridade.”

Abstenções: 2

Voto 5 em alternativa sobre o 3º parágrafo do ponto 6

Proposta 1 da resolução final da Comissão Política (aprovada por maioria)

“O PS não pode ser o centro de qualquer convergência à esquerda porque não defende uma política alternativa”

Proposta 2 de Serafim Duarte (8 votos a favor)

Eliminar a frase

Abstenções: 6

Voto 6 em alternativa sobre 5º parágrafo do ponto 6

Proposta 1 da resolução final da Comissão Política (aprovada por maioria)

“O Bloco de Esquerda, como sempre, está disponível para alargar essa convergência, para dar todos os passos necessários na afirmação e construção de uma alternativa política de esquerda, capaz de influenciar e mudar o curso da política nacional.”

Proposta 2 de Serafim Duarte (15 votos a favor)

“Como sempre, o Bloco empenhar-se-á na construção de todas as convergências em torno de medidas que contribuam para melhorar as condições de vida e de trabalho das pessoas, defender direitos sociais consagrados na Constituição e romper com as políticas de austeridade, de precarização e destruição do trabalho que condenam os trabalhadores e o país ao empobrecimento sem fim”

Abstenções: 1

Após as votações das propostas de alteração, procedeu-se à votação da resolução política final, que foi aprovada por maioria, com 4 votos contra e 1 abstenção.

Quarto ponto da OT

O quarto ponto da ordem de trabalhos foi aberto por José Casimiro que apresentou uma proposta de lista e documento político para a Coordenadora Nacional do Trabalho. Chegou à mesa uma proposta de inclusão da camarada Ana Massas na lista, que foi aceite pelo pro-

ponente.

A lista foi aprovada com 66 votos a favor, 2 contra e 6 abstenções.

Quinto ponto da OT

O quinto ponto da OT foi aberto por João Mineiro que apresentou a proposta de regulamento de convocação da V Conferência Nacional de Jovens com uma alteração dos proponentes relativa à retirada da frase no ponto 4.2 “que tenham até 25 anos”. Sara Schuh apresentou as propostas de alteração ao regulamento. Intervieram neste ponto as/os camaradas: Bruno Góis, Cláudia Campos, Isabel Pires, Maria Manuel, Moisés Ferreira, Inês Tavares, Fabian Figueiredo, Nuno Moniz, José Soeiro.

Votação 1 em alternativa de alteração ao ponto 2.1. onde se lia “até aos 28 anos”.

Proposta 1 de João Mineiro e outras/os (aprovada com 25 votos a favor)

Substituir a frase por “até aos 26 anos”.

Proposta 2 de Sara Schuh e outras/os (22 votos a favor)

Substituir a frase por “até aos 30 anos”.

Abstenções: 6

Após esta votação, procedeu-se à votação da globalidade do documento, tendo sido aprovado por maioria, com 2 abstenções.

Tendo sido cumprida a OT, a Mesa deu por concluída a reunião pelas 18h30.

A Mesa da reunião

João Mineiro

Sandra Cunha

Nuno Moniz

CONTRA A AUSTERIDADE: EMPREGO E DIREITOS

RESOLUÇÃO DA MESA NACIONAL 11/1/2015

1. REPÚDIO POR UM CRIME

O assassinato de 12 pessoas, entre as quais desenhadores e jornalistas do Charlie Hebdo, é um ato de terror contra a liberdade de imprensa, contra as pessoas e um atentado contra todos os que no mundo inteiro lutam pela paz. O Bloco de Esquerda condena todas as relativizações deste crime e associa-se a todos os que prontamente o condenaram, desde jornalistas e humoristas de todo o mundo, passando pelos milhões de cidadãos que saíram à rua para mostrar a sua indignação. A única forma de fazer justiça às vítimas deste crime é defender a liberdade, combatendo todas as formas de ódio e discriminação, incluindo a islamofobia.

2. UM ANO DECISIVO PARA ACABAR COM A AUSTERIDADE

Desde a crise financeira de 2008 que a austeridade é imposta como via única a todos os povos da Europa. Cortes no rendimento do trabalho e nas funções do Estado para alimentar um sistema financeiro em colapsos sucessivos mas com ganhos crescentes. A austeridade é imposta por acordo europeu entre os Partidos da direita e os Partidos Socialistas, e ataca a democracia: os povos perdem capacidade de decisão, tanto pelo crescente poder de entidades sem legitimidade democrática (BCE, FMI) ou criadas ad hoc (troikas), como pela privatização de setores estratégicos. Hoje está à vista que a austeridade está a criar crises humanitárias na periferia da zona euro, que a dívida soberana desses países continua a subir e que são destruídos os direitos laborais e sociais um pouco por toda a Europa. A aprovação do Tratado Orçamental ameaça com a eternização deste caminho.

Pela primeira vez em 80 anos, a Europa apresenta uma inflação negativa, aproximando-se perigosamente da deflação. A quebra generalizada dos preços prejudica ainda mais o consumo e o investimento, e por isso castiga os salários e o emprego. A quebra generalizada dos preços aumenta o peso da dívida em todos os orçamentos das famílias e dos países. A austeridade entregou a Europa na armadilha da deflação, e em deflação não pode haver recuperação económica.

3. A MUDANÇA NA GRÉCIA PODE SER A MUDANÇA NA EUROPA

A Grécia irá a votos já a 25 de janeiro e o Syriza pode vencer as eleições. A acontecer esta vitória e uma mudança efetiva no governo da Grécia, estaremos peran-

te um confronto decisivo na Europa. Neste difícil confronto reside a possibilidade de resgatar a democracia. Pela primeira vez, o Conselho Europeu teria uma voz pelo fim da austeridade e os credores internacionais seriam confrontados com a determinação de um país europeu na reestruturação da sua dívida soberana. A chantagem para impedir a livre decisão do povo grego não se fez esperar; instituições europeias, FMI, governo alemão e mercados financeiros ameaçam com corte de financiamento e descalabro económico. Uma vitória do Syriza aumentará essas pressões. Um futuro governo de esquerda grego necessitará de um intenso movimento de apoio interno, europeu e internacional. Por isso mesmo nos empenhámos no Manifesto Europeu de apoio ao Syriza e organizámos sessões de solidariedade com o povo grego.

O Bloco de Esquerda empenha-se na defesa da liberdade de decisão do povo grego e apoia ativamente o Syriza, que abre hoje a hipótese de mudança na Europa.

4. ANO DE DECISÕES TAMBÉM EM PORTUGAL

As eleições legislativas marcarão o fim do mais destruidor governo da história da democracia portuguesa. Durante os últimos anos, a direita atacou salários, pensões e prestações sociais através de cortes sociais e aumento de impostos e aumentou o horário de trabalho e o tempo para a reforma, intensificando a exploração laboral. Ao mesmo tempo, baixou os impostos sobre as grandes empresas e privatizou empresas estratégicas ao desbarato – pretendo ainda privatizar outras, como são exemplo a TAP e a EMEF - proporcionando negócios de favor e prejuízos incalculáveis para o interesse público.

Durante estes anos, o desemprego e a pobreza (contabilizados e escondidos) dispararam ao ponto de a ONU ter sido forçada a pronunciar-se especificamente sobre a situação humanitária em Portugal, responsabilizando as políticas de austeridade. Centenas de milhares de portugueses foram forçados a emigrar, privando o país de competências e capacidade de trabalho e desestruturando famílias e comunidades.

Neste contexto de crise social aguda, o Governo atacou todas as instituições do Estado Social. Os cortes na saúde e educação públicas, por exemplo, contrastam com o aumento das formas de financiamento encapotado aos privados, apenas acessíveis a uma pequena parte da população.

É hoje visível de forma flagrante os efeitos da austeridade

na prestação de cuidados de saúde. O Serviço Nacional de Saúde, conquista fundamental da democracia, apesar do esforço dos seus profissionais, sucumbe à lógica privatizadora dos negócios. As urgências entupidas dos hospitais são o resultado de uma política premeditada de estrangulamento e desarticulação. O Bloco está ao lado dos utentes e seus familiares na denúncia de todas as situações onde o direito à vida e aos cuidados de saúde é posto em causa.

O Bloco de Esquerda condena e rejeita as persistentes tentativas de Cavaco Silva de condicionar o voto livre dos portugueses nas próximas eleições legislativas e a composição política do Governo que de lá venha a resultar.

O Presidente da República tem atuado como padrinho do Governo PSD/CDS mas não pode agora ser o padrinho eleitoral da coligação de direita para garantir, nos próximos anos, e já depois de concluído o seu mandato, a continuidade da política de austeridade.

5. NA RUA CONTRA A AUSTERIDADE

Em 2015, é responsabilidade da esquerda derrotar esta política. Isso significa que só há verdadeira derrota da direita com o fim da austeridade. Nesse sentido, o Bloco lança uma campanha nacional de combate à austeridade e ao empobrecimento do país, assente nas principais propostas para a construção de uma alternativa urgente. Essa campanha incluirá uma petição à Assembleia da República pela desvinculação de Portugal do Tratado Orçamental. A manutenção deste compromisso, firmado pelo PS, PSD e CDS, é a certeza da continuação futura da política de austeridade. Com esta petição, o Bloco de Esquerda estará na rua em ações de esclarecimento, pelo fim da austeridade e pela rejeição do Tratado Orçamental que ameaça eternizá-la.

A Mesa Nacional apela a todas as estruturas locais e setoriais que se empenhem no envolvimento direto dos aderentes na preparação e concretização desta campanha, em toda as suas fases. A degradação da educação não pára! A juntar a toda a desqualificação da escola pública, avança um processo de municipalização obscuro que exige ao Bloco a sua firme oposição e combate.

As famílias, os/as professores/as e toda a comunidade educativa precisam de um grande apoio contra estas medidas que prejudicam ainda mais a educação. Na luta contra o desemprego, faremos uma campanha que lance o debate sobre a diminuição do horário de trabalho para as “35 horas, emprego para todos/as” e leve o Bloco à comemoração do dia do/a Trabalhador/a.

6. TEMPO DE ESCOLHAS CLARAS

Todas as forças de oposição são chamadas a apresentar

soluções e a fazer escolhas. O país foi devastado pelo governo das direitas, mas deve recusar também novos cheques em branco. É condição para o exercício da democracia os eleitores conhecerem as intenções precisas de quem se candidata.

Na reunião de 5 de Janeiro com a direção do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda questionou directamente o PS acerca de temas concretos e sobre escolhas para a governação: a eliminação da sobretaxa do IRS, a manutenção da TAP no Setor Empresarial do Estado, a reestruturação da dívida e a rejeição do Tratado Orçamental.

O Partido Socialista mantém um discurso de ambiguidade e silêncios ensurdecedores. Fala de alternativa, mas não avança com um elemento diferenciador claro. Critica as instituições europeias, mas adianta já que nada será feito sem o consentimento da Comissão, ou seja, do governo alemão. Pede aos portugueses uma maioria absoluta, mas nada diz de concreto sobre o que tenciona fazer depois de a conseguir.

Como sempre o fez, o Bloco procurará todas as convergências que contribuam para mudar positivamente a vida das pessoas, que façam valer os seus direitos e concretizar as suas aspirações. Mas o PS não pode ser o centro de qualquer convergência à esquerda porque não defende uma política alternativa.

O Bloco reuniu também com o Partido Comunista Português e com a CGTP. Em ambas as reuniões, registámos importantes convergências, quer na crítica à política de austeridade, quer nos eixos centrais para uma política alternativa. O Bloco de Esquerda, como sempre, está disponível para alargar essa convergência, para dar todos os passos necessários na afirmação e construção de uma alternativa política de esquerda, capaz de influenciar e mudar o curso da política nacional.

Continuaremos a bater-nos pelos compromissos fundamentais que essa alternativa exige: devolução de tudo o que foi retirado aos salários e pensões, proteção do Estado Social, recuperação para a esfera pública do sector financeiro e outros setores estratégicos da economia, libertação do país da ditadura da dívida e do Tratado Orçamental. O Bloco assume o compromisso de fazer da construção do seu programa eleitoral um processo participativo e aberto a todas as pessoas que se revejam nessa alternativa necessária.

7. A CORRUPÇÃO É A DOENÇA DO ROTATIVISMO

A sucessão de casos em que a política – em particular os poderes governativos – e os negócios se confundiram e criaram entrelaçadas e complexas teias de interesses mútuos, fez com que hoje seja mais claro do que nunca para as/os portuguesas/es que a promiscuidade entre política e negócios é uma presença permanente na vida do país e não um epifenómeno ou uma mera sucessão

ocasional de casos.

O descalabro do império Espírito Santo, a queda de Ricardo Salgado, o caso dos submarinos, o BPN, as PPP's, a promiscuidade e favorecimento para obras públicas nas autarquias e os "vistos gold" são alguns exemplos do casamento duradouro entre poder político e criminalidade financeiro.

Sendo certo que todos estes casos deram origem a processos, investigações e até, em alguns casos, condenações, isso não constitui inibição à corrupção. A corrupção é uma forma de acumulação de riqueza, uma instalada cultura de negócios e de enriquecimento obscuro de uma elite historicamente favorecida pelos sucessivos governos e que se julga impune.

Resgatar a democracia portuguesa das amarras da promiscuidade implica obrigatoriamente combater os que foram habituados a sentirem-se donos do país. Esse combate implica acabar definitivamente com os "vistos gold", os offshores e o sigilo bancário, devolver ao país o controlo sobre o seu sistema bancário, tirando aos banqueiros a capacidade de transferir os buracos da sua gestão ruínosa para os bolsos dos contribuintes, e criminalizar o enriquecimento ilícito.

Combater a corrupção é aprofundar a democracia, aumentar a transparência de todas as instituições públicas e promover a justiça social. Do sucesso desse processo resulta o fim do privilégio de poucos à custa da larga maioria da sociedade portuguesa. Por isso, o Bloco vai realizar uma iniciativa pública sobre corrupção, convidando especialistas, ativistas, grupos de intervenção e partidos políticos que estejam disponíveis para a integrar.

TAREFAS IMEDIATAS E PROPOSTAS DA COORDENADORA NACIONAL DO TRABALHO

Findo o ciclo da troika, **onde foi retirado ao trabalho 5,8 mil milhões€ e dado ao capital 4,4 mil milhões** (INE- dez.2014) - pautado por um aumento brutal do desemprego, da precariedade e da emigração, e por um ataque radical aos direitos do trabalho e ao salário direto e indireto – abre-se um novo ciclo em que a austeridade é uma “nova normalidade” que será agravada no futuro, **(que muitos calculam poder demorar mais de 20 anos)** se não existir oposição popular. Com a austeridade centrada no ataque ao mundo do trabalho é necessário mobilizar forças para proteger as funções sociais do Estado, o emprego, salário e direitos, dando centralidade à mobilização dos/as trabalhadores/as.

Esse trabalho de base, que permite a organização, articulação e intervenção, é vital para o enraizamento do Bloco.

A Coordenadora Nacional do Trabalho (CNT) quer contribuir para este desiderato, ajudando a fortalecer a rede de ativistas laborais do Bloco, dando-lhe corpo, informação e capacidade de ação.

Para tal, pretendemos, ao longo do mandato da Mesa Nacional, focar a nossa intervenção nos seguintes eixos:

Reuniões da CNT - A Coordenadora Nacional do Trabalho reunirá periodicamente, no máximo de 3 em 3 meses, procurando que alternadamente seja em Lisboa e no Porto e abertas aos/às ativistas do Bloco.

Desenvolver e criar grupos de trabalho sobre questões laborais de âmbito distrital/ regional/ local - A realidade do trabalho tem muitas vezes um âmbito local, até pela dialética que se opera entre o estado do emprego, as empresas e a comunidade. Assim, é importante dinamizar grupos de trabalho sobre questões laborais distritais/regionais, que permitam apoiar e acompanhar mais diretamente a realidade. A CNT quer ajudar, articulando-se com a Comissão Política e com as distritais, as estruturas do Bloco que estejam a desenvolver esta linha de ação.

Mais concretamente, pretendemos manter a conexão com as existentes e partir imediatamente para a dinamização de **grupos de trabalho**, nomeadamente, em Lisboa/Final de Jan. 2015, *Setúbal, Braga, Algarve, entre outras*, em simbiose com as organizações distritais. Melhorando, desta forma, a coordenação e a dimensão distrital à nossa intervenção, nas empresas e sectores, dinamizando o aparecimento de GT temáticos e núcleos de intervenção nas empresas.

Abrir portas aos grupos de trabalho sectorial - Existem

setores que, pela sua importância relativa e massa crítica, justificam a criação de grupos de trabalho. Acreditamos que esse é o caso da Função Pública, até porque no próximo ano o governo pretende avançar com o despedimento de mais de 12 mil funcionários públicos. Numa segunda fase, iremos explorar a constituição de grupos que acompanhem as questões laborais na saúde, segurança social e professores/educação.

Apoiar o movimento sindical e as comissões de trabalhadores - É necessário que Bloco conheça e seja capaz de apoiar os seus ativistas que são também dirigentes e delegados sindicais ou que estão presentes em direções e comissões sindicais. Desse trabalho resultará sempre uma melhoria da ação e articulação para a defesa dos/as direitos dos trabalhadores/as. É de assinalar a realização do Congresso da CGTP para 26 e 27 de fevereiro de 2016.

No caso das comissões de trabalhadores (CT), é necessário contribuir para a incentivar listas amplas e coordenadoras de CT's que permitam respostas conjuntas.

Em 2015 pretendemos realizar um encontro de Comissões de Trabalhadores, a agendar em articulação com a Comissão Política.

Dar força ao movimento de precários e desempregados - A condição laboral é limitadora, pelo peso social e económico, da participação de muitas pessoas afetadas pela precariedade e pelo desemprego. Devemos reforçar o apoio aos movimentos e associações que existem na área da precariedade e que tratam das questões dos/as trabalhadores/as temporários/as, recibos verdes e bolseiros; para além de ajudar a criar redes de ativistas de trabalhadores/as desempregados/as no Porto, Vale do Ave, Setúbal, Algarve, como aconteceu em Lisboa, onde funciona desde há poucos meses um grupo sobre as questões de desemprego.

Difundir informação, criar opinião, formar ativistas - Com o intuito de melhor difundir informação sobre as lutas e ações de diferentes empresas e setores a anterior CNT criou uma newsletter periódica. Nessa newsletter divulgamos notícias laborais, apoiamos a mediatização de lutas, partilhamos experiências e fomentamos solidariedades, para além de divulgarmos o trabalho da CNT, nomeadamente as suas atividades, reuniões, sessões públicas. Fazemos um balanço positivo desta ferramenta e, por isso, pretendemos manter a sua edição, mais regular, com contributos escritos por diversos ativistas e com artigos de fundo, mais explicativos.

Para além disso e tendo em conta a dificuldade do conhecimento das leis laborais, consideramos que a CNT pode contribuir para um melhor entendimento das leis no que se refere aos códigos do trabalho do sector público e do sector privado, do código contributivo e da legislação de apoio social. Pretendemos fazê-lo abrindo as portas semanalmente para os/as aderentes que tenham questões laborais e através de ações de formação em articulação com as distritais.

A luta é internacional

Ter uma leitura puramente nacional do mundo do trabalho não nos serve. Assim como não nos serve uma ação no estrito plano nacional. Deste modo, importa estar presente e participar nas estruturas internacionais de representação dos trabalhadores, mas fazer mais do que isso, fomentando as ligações e as solidariedades entre os povos.

No futuro imediato, vemos, para além do Tratado Orçamental, uma nova frente de luta que vai exigir o nosso empenho: o Tratado Transatlântico. Os perigos deste acordo secreto para os direitos dos/as trabalhadores/as, para o ambiente, para os direitos dos/as consumidores/as e para a democracia são enormes e assim deve ser a nossa resposta, participando e dinamizando plataformas alargadas.

Propostas para a alternativa

Partindo da experiência das eleições Europeias de 2014 e sabendo que 2015 é ano de eleições difíceis para a Assembleia da República, assumimos o compromisso de juntar os/as ativistas de dentro e fora do movimento num debate vivo, aberto a toda a sociedade e informado em torno das políticas da área laboral que o Bloco irá apresentar a sufrágio. Urge voltar ao debate sobre o código do trabalho, tanto no setor público, como no setor privado, nomeadamente sobre a necessidade da defesa da contratação coletiva e da reposição do princípio do tratamento mais favorável, pedra basilar do direito do trabalho. Urge atacar a precariedade, acabando com os falsos recibos verdes, com os contratos de emprego inserção e garantindo que a um posto de trabalho permanente corresponde um contrato efetivo. Urge defender a Segurança Social, mantendo-a pública e universal, aumentando os riscos que cobre, não deixando os desempregados e os mais pobres para trás, como hoje acontece pela cartilha assistencialista. Urge garantir que quem tem 40 anos de descontos tem direito a uma reforma digna. Urge densificar alternativas socialistas para atacar a crise e o desemprego, como a redução do horário de trabalho.

Campanhas que rasgam a inevitabilidade

Procuraremos apoiar a campanha contra a austeridade

imposta pelo Tratado Orçamental e propomo-nos a dar cumprimento ao que foi aprovado no VII Encontro Nacional do Trabalho, com uma campanha que lance o debate sobre a diminuição do horário de trabalho para as 35h e leve o Bloco à comemoração do Dia do Trabalhador.

Para além disso, consideramos que é necessário voltar a criar movimento de contestação, com ações de rua, radicais, que mobilizem os/as aderentes para o combate à austeridade e pelo trabalho com direitos.

*

Como órgão da Mesa Nacional e para a realização destes eixos de intervenção, é premente, que haja uma ligação estreita da Coordenadora do Trabalho com a Comissão Política, a Comissão Permanente, o Secretariado e o Grupo Parlamentar para que os debates e a concretização das políticas sejam mais eficazes, quer ao nível institucional, quer nas ruas.

Lisboa, 10 de janeiro de 2015

A Coordenadora Nacional do Trabalho

PROPOSTA DE LISTA PARA A COORDENADORA NACIONAL DO TRABALHO 2015-2017

Albertina Pena – Mesa Nacional; Direcção do SPGL;

Ana Massas - Sindicato dos trabalhadores da saúde solidariedade e segurança social;

Ana Paula Canotilho - CN CGTP-IN; Direcção do Sindicato dos Professores do Norte;

António Chora – Mesa Nacional; CT Autoeuropa;

Duarte Alves – Precário – Desempregado – (Madeira)

Fernando Barbosa – D. S. do SMAQ;

Filipe Santos – Somincor e membro do Sindicato dos Mineiros;

Francisco Alves – CN CGTP-IN; Direcção do SITE/CSRA e da FIEQUIMETAL;

Gina Mateus – Delegada sindical dos Professores Zona Sul;

Ilídia Pinheiro – Professora e Desempregada;

Isabel Pires – Sindicato dos Call-Center;

Joaquim Espírito Santo – Sindicato dos trabalhadores da saúde solidariedade e segurança social;

Jorge Magalhães – Mesa Nacional; Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal;

José Casimiro – Mesa Nacional;

José Veia – Sindicato Hotelaria e Turismo do Algarve - (Algarve);

Manuel Grilo – CEx. USL e Vice-Presidente do SPGL;

Maria Deolinda Marques Dias Martin - CN CGTP-IN; Direcção do SPGL;

Paulo Ricardo - CN CGTP-IN; Direcção do SITE/Norte;

Ricardo Moreira – Mesa Nacional, membro da Ass. de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis;

Sandra Almeida – D.S. Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autonomas;

Sónia Ribeiro - Presidente da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Minho (CES Minho);

Verónica Lopes – D.S. Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Regiões Autonomas (Açores);

Lisboa, 11 de Janeiro de 2015

A Mesa Nacional

REGULAMENTO DA V CONFERÊNCIA DE JOVENS DO BLOCO DE ESQUERDA

1. Convocação

1.1. O processo preparatório da V Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda inicia-se com a sua convocação, pela Mesa Nacional, a 11 de Janeiro.

1.2. A V Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda é convocada para o dia 28 de Março de 2014.

1.3. A abertura do processo da Conferência Nacional é assinalada pela comunicação, por e-mail a todos os e as aderentes dos prazos e procedimentos de debate e votação prévios e da sessão final da conferência nacional.

2. Participantes

2.1 São participantes da V Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda todos os aderentes do Bloco até aos 26 anos e que tenham pago a sua quota até à sessão final, inclusive.

2.2. Podem participar como convidados sem direito a voto ou intervenção todos/as aderentes do Bloco de Esquerda.

3. Comissão Organizadora

3.1. A Mesa Nacional nomeia como Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda as/os camaradas Filipa Gonçalves, Fabian Figueiredo e Samuel Cardoso.

3.2. A partir da entrega de listas concorrentes à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda, cada uma designará um representante nesta comissão organizadora.

3.3. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da V Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Conferência; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias e a sistematização da informação sobre os debates preparatórios.

4. Moções de orientação política e listas candidatas à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda

4.1. Só são admitidas moções de orientação que sustentem lista candidata à Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda e que tenham um limite máximo de 25.000 caracteres e sejam subscritas por um mínimo

de 25 aderentes.

4.2. Só são admitidas listas candidatas à coordenadora nacional de jovens do Bloco de Esquerda compostas por um máximo de 9 efectivos e 9 suplentes, que cumpram o critério da paridade e que sejam sustentadas por moções de orientação política.

4.3. O prazo de entrega de moções e listas termina às 24h do dia 5 de Março.

4.4. As moções serão publicadas no sítio do Bloco e enviadas por e-mail a todos os aderentes até aos 26 anos no dia 6 de Março.

5. Textos de contributo

5.1. Os textos de contributo podem ser subscritos por uma ou mais pessoas, tendo que ter um máximo de 4000 caracteres.

5.2. O prazo de entrega dos textos de contributo é dia 11 de Março que são distribuídos em boletim de debates via e-mail a todos os participantes até ao dia 13 de Março.

6. Debates preparatórios

6.1. Os debates das moções decorrerão entre 13 a 24 de Março.

7. Sessão final

7.1. A sessão final da Conferência Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda realiza-se a 28 de Março.

7.2. A sessão final da conferência é aberta a todos os participantes nos termos do artigo 2º.

7.3. A sessão final da conferência nacional tem a seguinte ordem de trabalhos:

9h30 – Credenciação

10 – Abertura

10h30 – 13h: Sessões de discussão temáticas

- Escola e Universidade: como resgatar o Movimento Estudantil?

- Desemprego, precariedade e emigração: como construir novos sujeitos políticos?

- Conservadorismo, violência policial e racismo: como parar o retrocesso civilizacional?

13h – 14h30: Almoço

14h30 - 21h00: Apresentação de conclusões das dis-

cussões temáticas, Plenário final e eleição da coordenadora nacional de jovens.

21h - Encerramento

23h: Concerto e festa

8. Casos Omissos

8.1. Todos os casos omissos serão decididos pela Comissão Organizadora da Conferência (COC).

Calendário simplificado:

11 DE JANEIRO: Convocação da Conferência Nacional de Jovens;

5 DE MARÇO: Data limite de entrega de moções e listas

DE 13 a 24 DE MARÇO: Debates entre as listas nos vários distritos

11 DE MARÇO: Data limite de entrega de textos de contributo

28 DE Março: Sessão final da conferência